

O presente estudo investigou a propensão ao endividamento e o nível de educação financeira dos servidores públicos da Universidade Federal de Santa Maria. Optou-se pela pesquisa com funcionário público pelas seguintes hipóteses: (1) facilidade na obtenção de crédito podendo gerar maior propensão ao endividamento (2) estabilidade da renda e perfil conservador diante do risco, ocasionando menor propensão ao endividamento. A metodologia caracteriza-se como, quantitativa, descritiva e *survey*. Como instrumento de coleta adotou-se um questionário dividido em quatro partes (perfil dos respondentes, das dívidas, propensão ao endividamento e educação financeira). Para análise dos resultados foram considerados testes de diferença não paramétricos e a correlação de Spearman. Além disso, calculou-se o nível de educação financeira através da pontuação encontrada na escala aplicada. Foram abordados 246 servidores (técnicos administrativos e docentes), no período de novembro a dezembro de 2011. A idade média foi de 44 anos, dos quais 51,6% pertencem ao sexo feminino, 61% são casados e 64,6% possuem moradia própria e as dividem com o cônjuge (64,8%), e com filho (56,7%). Quanto à escolaridade, 83,3% possuem ensino superior completo. Trabalham na instituição à 15 anos, escolhendo a profissão pela estabilidade (51,1%). Evidenciou-se uma renda líquida familiar na faixa de R\$ 2.665, 01 a R\$ 4.300,00 (25,8%). Com relação aos gastos 66,5% admitiram possuir dívida, principalmente com o cartão de crédito (27,2%). Ressaltam que as dívidas não estão em atraso e que gastam menos do que ganham (58,8%). Apontam também que seus investimentos são realizados principalmente em ativos de menor risco, como os imóveis. O nível de educação financeira dos respondentes foi analisado a partir de uma pontuação mínima e máxima, dividida em três níveis (baixo, médio e alto conhecimento de finanças pessoais). Notou-se que a maior parte dos respondentes possui alto nível de educação financeira (46%). Nos testes de diferença de mediana os resultados apresentaram diferenças significativas no nível de educação financeira entre os servidores que não possuem e os que possuem dívida. Os servidores que não possuem dívida demonstram maior nível de educação financeira, corroborando com a teoria, ou seja, a educação financeira leva a uma menor propensão ao endividamento. Quanto a propensão ao endividamento, principal tema do estudo constatou-se que existem diferenças significativas conforme a renda líquida familiar e as dívidas. Os servidores que já possuem dívidas e tem menor nível de renda tendem a endividar-se mais, devido às restrições no orçamento. A correlação entre endividamento e educação financeira demonstrou-se pequena, mas definida em -0,330 e significativa (0,000) a 1%. Pelo coeficiente negativo, tem-se uma relação contrária, ou seja, enquanto há um aumento da educação financeira há queda do endividamento e assim vice e versa. Por tudo isto, os servidores da UFSM apresentaram um comportamento mais conservador em relação aos seus gastos que pode estar relacionado com a escolha da profissão (estabilidade) e os tipos de investimentos (ativos de menor risco). Confirmam possuir dívidas, porém estas não estão em atraso e seus gastos são inferiores a sua renda. Corroborando o baixo nível de endividamento, apresentam alto nível de educação financeira.